

Rosa dos ventos

MAURICIO DIAS



“É muito espírito público”

(Provocação do deputado Paulo Maluf sobre possível candidatura do apresentador J. L. Datena. Se vencer, trocará o salário de 500 mil reais na TV, por 25mil na prefeitura de SP)

Dallagnol pontifica, o Ministério Público esbalda-se, a ignorância fermenta



A Politeia de Moro

► **O polêmico juiz da Operação Lava Jato conduz uma cruzada contra a corrupção e, através dela, promove o descrédito da política**

A TREPIDANTE OPERAÇÃO Lava Jato, em andamento há mais de um ano, configurava nos primeiros momentos uma cruzada pessoal, com mandos e desmandos, conduzida pelo juiz Sergio Moro. À medida, no entanto, que o caso avança os objetivos se ampliam e despojam no horizonte interesses internos e externos que esticam o alcance da lei e das decisões desse polêmico magistrado.

Inicialmente, foi fácil traçar um círculo de giz em torno da 13ª Vara Criminal Federal do Paraná e pensar em um éden com juízes, promotoria e policiais próprios, onde o objetivo único seria o de varrer do País os malefícios da corrupção. Enfim, a criação de um paraíso restrito à raça de puros, semelhante à utópica Politeia de Platão, um sábio descrente da democracia da antiga Grécia, bem diversa dos anseios modernos, e desencantado com os governantes.

Em Curitiba, uns e outros rejubilam-se com a prisão dos empreiteiros acusados de corrupção e desconhecem ou desprezam a ameaça dos efeitos colaterais para a democracia no Brasil.

A revelação de corrupção com sinais de endemia é, por si só, um problema grave. Os ilícitos, quando sustentados em provas concretas, devem ser punidos. As empresas, no entanto, podem ser preservadas. Nesse caso, elas carregam grande conhecimento técnico e geram milhares de empregos.

É possível distinguir a corrupção do empreiteiro da própria empreiteira.

Moro, os promotores e os policiais perseguem com tenacidade cega os ideais do célebre filósofo grego, que, por sinal, inspirou o nome de batismo, Politeia, da 14ª etapa das investigações da Lava Jato.

Mal e parcamente Moro, promotores e policiais aproximam tudo do patamar primário da revolta contra as misérias da política contaminada, desde sempre, por interesses escusos e dinheiro. Enfim, reduzem Platão a pó.

Não existe a sã política. Esse é argumento de desencantados, de ingênuos ou de hipócritas.

Moro e seus sequazes caçam os corruptos e, simultaneamente, promovem a desconstrução da política. Ainda agora, os condutores da Lava Jato chegaram a uma nova etapa. Postaram um YouTube no qual o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato, em pouco mais de 1 minuto, conclama os brasileiros, chamados por ele de “amigos”, a participarem da campanha “10 medidas contra a corrupção”.

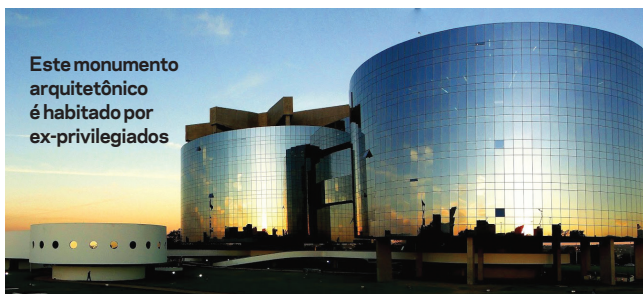
O objetivo é coletar 1,5 milhão de assinaturas para apresentar um projeto de lei ao Congresso a exemplo da Lei da Ficha Limpa que ele invoca.

Com a postura necessária a um porta-voz, Dallagnol doutrina: “A corrupção sangra o nosso País (...) É preciso mudar a legislação para garantir que esses criminosos sejam presos e permaneçam por mais tempo na cadeia...”

Empolgado com a missão, o jovem Dallagnol, que se apresenta como um cidadão movido a indignação, como autoridade tropeça em erro grosseiro. Parece ter pouco apreço pela presunção de inocência. Trata os presos da Lava Jato como “criminosos”. Nenhum deles, porém, foi julgado e condenado.

Parece que isso pouco importa. Mas não é só. A jurisdição de Curitiba subverte princípios democráticos.

Leva em conta, por exemplo, as prisões feitas. Talvez por isso usa e abusa do direito de trancafiar cidadãos, numa inversão radical do regime cujo princípio enaltecido é o da liberdade.



Este monumento arquitetônico é habitado por ex-privilegiados

Corte no privilégio

Uma decisão recente e pouco conhecida, da 21ª Vara Federal da Justiça Federal, em Brasília, fornece uma informação que poucas pessoas sabiam. A Procuradoria-Geral da República está impedida, a partir de agora, de pedir passagem aérea para voos internacionais, na classe executiva, para membros do Ministério Público da União.

A medida também alcança algumas categorias de servidores e seus acompanhantes. Não tem nada a ver com a crise. É restrição aos privilégios.

Dilma, a vítima I

Pesquisas qualitativas para a eleição de prefeito em 2016, realizadas recentemente no Rio de Janeiro, trouxeram novidades, ainda tímidas, para o processo político.

Três questões impressionaram os acompanhantes dessas avaliações, encomendadas por um partido de oposição ao governo central: a imagem de Lula ainda é muito forte com eleitores das classes C e D.

Há uma frase marcante dita de várias maneiras: “Eu só consegui o que tenho porque o Lula foi presidente do Brasil”. As entrevistas foram marcadas também por uma reação importante dos entrevistados:

a rejeição a Dilma começa a chegar à linha de vitimização.

Dilma, a vítima II

Essas amostras antecedem ao discurso de Lula, feito na posse da diretoria do Sindicato dos Bancários do ABC Paulista, em Santo André. Resumo, em duas frases, do sentimento que hoje move o ex-presidente.

“Estou cansado de agressões à primeira mulher que hoje governa este país.” “Nunca tinha visto na vida pessoas que se diziam democráticas e não aceitaram uma eleição que elegeu uma mulher presidente da República.” A oposição errou na dose.

Serra em ação

Após a terceira viagem ao Rio de Janeiro, no período de 30 dias, já se configura a “invasão” do senador paulista José Serra (PSDB) no terceiro maior colégio eleitoral do País até agora majoritariamente do PT.

Na eleição presidencial de 2010, Serra alcançou 39,52% dos votos no segundo turno. Aécio Neves, em 2014, aumentou a votação dos tucanos para 45,06%. A disputa interna no PSDB é, até agora, desfavorável a ele e Serra tenta construir ninho no PMDB como

alternativa partidária para arriscar voo em 2018.

Atento a tudo...

Fernando Siqueira, vice-presidente licenciado da Associação dos Engenheiros da Petrobras é um dos mais rigorosos guardiões da empresa. Está atento a tudo.

Sobre a dívida da Petrobras, de 328 bilhões de dólares, ele diz que foi feita com base nas reservas a produzir de 74 bilhões de barris, sendo 14 bilhões do pós-sal e 60 bilhões descobertos no pré-sal distribuídos nos campos de Tupi (10 bilhões), Libra (15 bilhões), Iara (4 bilhões), Sapinhoá (2 bilhões); os de Carcará, Carioca e outros (14 bilhões) e a área das Baleias (5 bilhões).

... e a todos

Há alguns dias deu um giro pelo Congresso com o objetivo de detonar a proposta do senador tucano José Serra de acabar com o papel da estatal como operadora única nos campos do pré-sal. Siqueira está convicto de que isso faz parte de um acordo para dificultar a fiscalização de exploração predatória pelas multinacionais.

“Querem que o governo ceda, ainda mais do já cedido, ao aprovar o regime de partilha”, alerta. Ele lembra que a Bacia de Campos, no pós-sal, demorou 21 anos, de 1974 a 1995, para atingir a marca de 500 mil barris/dia, com mais de 470 poços em produção no período.

O pré-sal atingiu a mesma marca em apenas oito anos, de 2006 a 2014, com menos de 50 poços perfurados.

Delação punida

A delação premiada não sairá ilesa do processo da Lava Jato. Transitará da premiação para a punição.

Há caminhos sendo abertos e há sugestões pensadas. Deixará de valer, por exemplo, a delação feita por acusado durante a prisão temporária. É o fim da tortura que força a delação.

mauriciodias@cartacapital.com.br